

SUMÁRIO

PARTE I – CONCEITOS FUNDAMENTAIS

1 O ESTADO E O PODER-DEVER DE PUNIR

1	O ESTADO E O DIREITO	3
1.1	Explicação preliminar	3
1.2	Identidade entre Direito e Estado: a tese de Kelsen	4
1.3	Distinção entre Direito e Estado.....	5
1.4	O Estado e o governante.....	7
2	O ILÍCITO E A SANÇÃO	8
2.1	A sanção como consequência do ilícito	8
2.2	As espécies de sanção	9
2.3	Sanção e pena.....	9
2.4	As espécies de pena	10
2.5	Distinção entre pena administrativa e pena criminal	11
2.6	A pena e a responsabilidade	13
3	O CRIME E AS SANÇÕES PENAIS.....	14
3.1	Crime e contravenção penal.....	14
3.2	Responsabilidade e natureza da sanção	15
3.3	Utilidade da sanção	17
3.4	A ilusão da criminalização	17
3.5	Criminalização e responsabilidade.....	19
4	O ESTADO E OS CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	20
4.1	O Estado e a proteção dos bens jurídicos.....	20

4.2	Os bens jurídicos e o Direito Penal.....	20
4.3	O Direito Penal e o combate do crime.....	22
4.4	O bem jurídico protegido nos crimes contra a ordem tributária.....	24
4.5	Direito Penal Tributário e Direito Penal.....	25
5	O PODER-DEVER DE PUNIR	27
5.1	Questão dos conceitos.....	27
5.2	Por que poder-dever.....	28
5.3	As garantias do acusado.....	29
6	O PRINCÍPIO “ <i>NE BIS IN IDEM</i> ”	30
6.1	A denominação do princípio	30
6.2	Desprezo pelo princípio no direito brasileiro	31
6.3	Cumulação de sanções com finalidades diversas.....	34
6.4	Síntese do princípio no direito espanhol.....	35
6.5	Cumulação de sanções punitivas.....	38
6.5.1	Autonomia das instâncias	38
6.5.2	Extinção da punibilidade como fórmula adequada.....	38
2	ALGUMAS NOÇÕES DE DIREITO PENAL	
1	INTRODUÇÃO.....	41
2	INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI PENAL.....	42
2.1	Conceitos de Teoria Geral do Direito	42
2.2	Interpretação, integração e aplicação da lei.....	43
2.2.1	Interpretação e integração.....	43
2.2.2	Interpretação e aplicação.....	47
2.3	Instrumentos de defesa da liberdade	47
2.3.1	Interpretação benigna.....	48
2.3.2	Estrita legalidade.....	51
2.3.3	Integração por analogia.....	53
2.3.4	Aplicação retroativa.....	55
2.3.5	Aplicação retroativa e lei penal em branco	57
3	TIPICIDADE PENAL.....	58
3.1	O que é tipicidade.....	58
3.2	O tipo e seus elementos	60
3.2.1	Noção de tipo	60

3.2.2	As espécies de tipo.....	61
3.2.3	Tipo e tipicidade.....	61
3.2.4	O ilícito e o típico	62
3.2.5	O tipo penal e a hipótese de incidência tributária	63
3.2.6	O tipo permissivo, a isenção e a não incidência tributária.....	64
3.2.7	Elementos ou aspectos do tipo.....	65
3.3	Ainda os elementos do tipo.....	66
3.3.1	Elementos objetivos.....	67
3.3.2	Elementos objetivos materiais	67
3.3.3	Elementos objetivos normativos	68
3.4	Elementos subjetivos.....	69
3.5	Tipicidade e elisão ou fraude à lei	69
3.5.1	Importância da questão nos crimes contra a ordem tributária.....	69
3.5.2	Revisitando a ideia de elisão e de fraude à lei	71
3.5.3	Inadmissibilidade de norma geral antielisão.....	73
4	CULPABILIDADE	74
4.1	Observações preliminares	74
4.2	Noção de culpabilidade.....	74
4.3	Culpa em sentido amplo	75
4.4	Culpa em sentido estrito	75
4.5	Dolo	76
4.6	Exigência do dolo na configuração do crime.....	77
5	ERRO DE TIPO E ERRO DE PROIBIÇÃO	78
5.1	Erro na interpretação da lei tributária	78
5.2	O erro no Direito Penal	79
5.3	Erro de tipo e erro de proibição	80
5.4	O erro de tipo como excludente do dolo.....	81
5.5	Erro de tipo nos crimes tributários e as garantias constitucionais na tributação.....	82
6	RESPONSABILIDADE E IMPUTABILIDADE.....	83
6.1	Imputabilidade e culpabilidade.....	83
6.2	Responsabilidade	84
6.3	Responsabilidade penal e civil	85

7	RESPONSABILIDADE PENAL	87
7.1	Evolução das ideias sobre responsabilidade penal	87
7.2	Culpabilidade e pessoalidade.....	88
7.3	Culpabilidade, o crime e a responsabilidade.....	89
7.4	Coação irresistível e obediência hierárquica	90
7.5	Responsabilidade penal da pessoa jurídica	91
7.6	Responsabilidade exclusiva do empregado	91
8	OUTRAS EXCLUDENTES DO CRIME OU DA PUNIBILIDADE.....	92
8.1	Elemento do crime ou pressuposto da pena.....	92
8.2	O princípio da insignificância	93
8.3	Retroatividade da lei mais benigna	96
8.4	Estado de necessidade	96
8.5	Inexigibilidade de outra conduta	99
9	CAUSAS DE EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	100
9.1	Extinção da obrigação tributária principal.....	100
9.2	Outras causas de extinção da punibilidade	101
9.2.1	Morte do agente	102
9.2.2	Anistia, graça e indulto.....	102
9.2.3	Retroatividade da lei penal que exclui o crime	104
9.2.4	Prescrição	104
10	CONCURSOS E CRIME CONTINUADO	108
10.1	Concurso aparente de normas	108
10.1.1	Critério da especialidade	109
10.1.2	Critério da subsidiariedade.....	111
10.1.3	Critério da absorção	111
10.2	Concurso de crimes.....	114
10.2.1	Concurso material	114
10.2.2	Concurso formal	115
10.3	Crime continuado	116
10.4	Concurso de pessoas	117
10.4.1	Considerações gerais	117
10.4.2	Autoria, coautoria e participação.....	118
10.4.3	Homogeneidade do vínculo subjetivo.....	118
10.5	Associação criminosa	118
10.5.1	Tipo penal autônomo.....	118

	10.5.2 Elementos essenciais.....	119
	10.5.3 Associação criminosa e crimes contra a ordem tributária	120
11	CRIME FORMAL E CRIME MATERIAL.....	121
	11.1 As classificações.....	121
	11.2 Divergências doutrinárias	122
	11.3 Crime material ou de resultado	123
	11.4 Crime formal ou de mera conduta	125
	11.5 O crime formal e a tentativa	127
12	O CRIME DE SUPRESSÃO OU REDUÇÃO DE TRIBUTO E O CON- CURSO APARENTE DE NORMAS PENAIS	128
	12.1 Manifestações do Supremo Tribunal Federal.....	128
	12.2 O crime de sonegação fiscal e o crime de supressão ou redução de tributos	129
	12.3 Os critérios da especialidade e da absorção	130
	12.4 Sonegação fiscal e falsificação de documento	131
	12.4.1 O tipo sonegação fiscal	131
	12.4.2 O critério da especialidade	131
	12.4.3 A razão de ser e os efeitos da Lei nº 4.729/65.....	132
	12.4.4 O fim específico como majorante.....	133
3	ALGUMAS NOÇÕES DE DIREITO TRIBUTÁRIO	
1	INTRODUÇÃO.....	135
2	O CONCEITO DE TRIBUTO.....	136
	2.1 Na teoria geral do direito tributário.....	136
	2.2 No direito positivo brasileiro.....	137
	2.2.1 Definição legal.....	137
3	ESPÉCIES DE TRIBUTO	142
	3.1 Gênero e espécies	142
	3.2 Espécies de tributo.....	143
	3.2.1 Na teoria geral do direito tributário.....	143
	3.2.2 No direito positivo brasileiro	144
4	NATUREZA JURÍDICA DO EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO	146
	4.1 Na teoria geral do Direito	146
	4.1.1 A doutrina estrangeira.....	146
	4.1.2 Aplicação de normas constitucionais tributárias.....	148

4.2	No Direito positivo brasileiro	148
4.2.1	Fundamento constitucional	148
4.2.2	Natureza jurídica	150
4.2.3	O empréstimo compulsório e o art. 4º do Código Tributário Nacional	151
4.2.4	Voluntariedade ou restituição como nota essencial do empréstimo.....	152
4.2.5	O dever de restituição como integrante da relação obrigacional	152
4.2.6	O fenômeno financeiro e o seu significado jurídico	153
4.2.7	Necessidade de proteção contra a prática abusiva	154
4.2.8	Regime jurídico específico no Direito brasileiro.....	155
5	ORDEM TRIBUTÁRIA E COMPETÊNCIA PARA INSTITUIR TRIBUTOS	156
5.1	Ordem tributária.....	156
5.2	Competência para instituir tributos	157
6	RELAÇÃO TRIBUTÁRIA	157
6.1	Relação jurídica	157
6.2	Relação tributária como espécie de relação jurídica.....	158
6.3	Relação e obrigação	159
6.4	Espécies de relação tributária	159
7	OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	159
7.1	Conceito e natureza jurídica	159
7.1.1	Conceito	159
7.1.2	Natureza jurídica	161
7.1.3	Por que obrigação <i>ex lege</i>	163
7.1.4	Igualdade de submissão dos sujeitos	165
7.1.5	Obrigação e crédito	167
7.2	Espécies de obrigação tributária	168
7.2.1	Obrigação principal	168
7.2.2	Obrigação acessória.....	172
7.2.3	Obrigação acessória e acréscimos legais	173
7.2.4	Obrigação acessória e legalidade	174
7.2.5	Obrigação acessória e abuso do poder-dever de fiscalizar...	176

7.2.6	Obrigação acessória e direito ao silêncio	180
7.3	Suposta conversão de obrigação acessória em obrigação principal.....	181
7.3.1	Consequência do inadimplemento.....	181
7.3.2	Nascimento em vez de conversão	182
8	CRÉDITO TRIBUTÁRIO.....	183
8.1	Distinção entre obrigação e crédito no Código Tributário Nacional.....	183
8.2	Consequências da distinção entre obrigação e crédito	184
8.2.1	Autonomia de regime jurídico	184
8.2.2	Alcance da autonomia	185
8.2.3	Reconstituição do crédito tributário com a subsistência da obrigação.....	186
8.2.4	Dever de examinar a obrigação	187
8.2.5	Prazo para reconstituição do crédito	188
8.2.6	Natureza jurídica do lançamento.....	188
8.3	Legislação aplicável	189
8.3.1	Lei tributária material.....	190
8.3.2	Lei que trata das penalidades	191
8.3.3	Lei que trata do procedimento.....	192
8.4	Questões relativas à irretroatividade.....	195
8.4.1	Irretroatividade como garantia contra o Estado.....	195
8.4.2	Retroatividade contra o Estado.....	195
8.4.3	Preservação da segurança jurídica.....	196
8.4.4	Leis de ordem pública.....	196
8.4.5	Segurança e Justiça	199
9	ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	200
9.1	Administração Tributária e garantias constitucionais.....	200
9.2	Fiscalização.....	200
9.2.1	Competência das autoridades.....	200
9.2.2	Fiscalização e sigilo comercial	201
9.2.3	Dever de informar e sigilo profissional	205
9.2.4	Fiscalização e sigilo fiscal	207
9.2.5	Auxílio da força pública.....	208

9.2.6	Fiscalização e excesso de exação	208
9.3	Dívida Ativa	209
9.4	Certidões negativas.....	211
9.4.1	Certidão negativa ou positiva com efeito de negativa....	211
9.4.2	Certidão negativa e perecimento de direito	212
9.4.3	Certidão negativa e tributo não vencido	214
9.4.4	Certidão negativa e consignação em pagamento	215
9.4.5	Exigência de quitação de tributos e liberdade econômica ...	215
10	PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL	216
10.1	Considerações iniciais	216
10.2	Conceito, natureza e espécies	217
10.3	Determinação e exigência do crédito tributário	218
10.3.1	Considerações gerais	218
10.3.2	O procedimento e suas fases.....	218
10.3.3	A fase não contenciosa	219
10.3.4	A fase contenciosa	220
10.3.5	O arrolamento de bens	221
10.4	A consulta	222
10.5	Outros processos administrativos tributários	223
11	DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA.....	224
11.1	Dívida ativa na contabilidade pública	224
11.2	Dívida ativa tributária.....	225
11.3	Constituição regular da dívida ativa	226
11.4	Invalidade da inscrição em dívida ativa	226
11.4.1	Irregularidades mais comuns.....	226
11.4.2	Adequada compreensão das garantias constitucionais....	227
11.4.3	Princípio da publicidade	227
12	IMUNIDADE TRIBUTÁRIA	228
12.1	Limitação ao poder de tributar	228
12.2	Imunidade das instituições sem fins lucrativos	229
12.3	Imputação de crime contra a ordem tributária	230

4 A CRIMINALIZAÇÃO DO ILÍCITO TRIBUTÁRIO

1	O FUNDAMENTO DA PENA CRIMINAL	231
1.1	Explicação necessária.....	231
1.2	Proposições justificativas da criminalização.....	231
2	AUSÊNCIA DE FUNDAMENTO MORAL.....	234
2.1	Ausência ou má qualidade dos serviços públicos	234
2.2	O mau exemplo dos governantes	234
2.3	Tratamento tributário injusto.....	236
2.4	Dedução do ágio nas privatizações	236
3	CONFLITO COM GARANTIAS CONSTITUCIONAIS	237
3.1	O direito ao silêncio e o dever de informar.....	237
3.2	Competência para aplicar a sanção.....	239
3.3	Inviolabilidade do domicílio do contribuinte	240
3.4	A prova ilícita.....	241
4	QUESTÕES RELATIVAS À AUTORIA E À RESPONSABILIDADE	242
4.1	Oportunidade para abusos.....	242
4.2	Responsabilidade penal por fato de outrem.....	243
4.3	Responsabilidade penal da pessoa jurídica	244
5	INCREMENTO À CORRUPÇÃO	244
5.1	Corrupção na atividade de fiscalização tributária	244
5.2	Responsabilidade pessoal do agente público.....	245

PARTE II – O ILÍCITO PENAL E AS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

1 ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E GARANTIAS CONSTITUCIONAIS

1	O CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA.....	249
1.1	Competência tributária e poder de fiscalizar.....	249
1.2	Legislação tributária e competência para fiscalizar.....	250
1.3	Importância da disciplina normativa da fiscalização.....	252
1.4	Limitações funcionais.....	252
1.5	Limitações territoriais	253
1.6	Limitações temporais	253
1.7	Controle da atividade de fiscalizar.....	253

2	LIMITES CONSTITUCIONAIS À AÇÃO DE FISCALIZAÇÃO	254
2.1	Respeito aos direitos individuais	254
2.2	Ingresso em estabelecimento empresarial.....	255
2.3	Contaminação das provas colhidas no domicílio violado	256
2.4	Limitações ao poder-dever de fiscalizar	256
2.4.1	Limites decorrentes dos direitos fundamentais.....	256
2.4.2	Direito ao silêncio.....	257
2.4.3	Direito de propriedade e apreensão de mercadorias.....	258
2.4.4	Inviolabilidade do domicílio	259
2.5	Livros e documentos	261
2.5.1	Poder-dever de fiscalizar e dever de exibir	261
2.5.2	Livros e documentos obrigatórios	262
2.5.3	Sigilo da correspondência.....	262
2.5.4	Local do exame de livros e documentos.....	263
2.5.5	Prazo de conservação obrigatória	264
2.6	Diligências de fiscalização.....	265
2.6.1	Exercício do poder-dever de fiscalizar	265
2.6.2	Termo de início de fiscalização	266
2.6.3	Duração da diligência fiscal	267
2.6.4	Valor probante dos termos e autos lavrados pela fiscalização.....	268
2.6.5	Nulidade por vício formal.....	268
2.7	Início do procedimento e extinção do direito de lançar	269
2.7.1	Medida preparatória do lançamento.....	269
2.7.2	Perempção do direito de lançar	270
2.8	O dever de informar ao fisco.....	270
2.8.1	Dever de informar e direito ao silêncio.....	270
2.8.2	Direito ao silêncio como forma de defesa	271
2.8.3	Direito ao silêncio na Constituição de 1988.....	272
2.8.4	O dever de informar	273
2.8.5	Direito de não se autoincriminar	274
2.8.6	O conflito de normas e sua solução	274
2.8.7	Direito ao silêncio e CPI.....	275
2.8.8	O direito ao silêncio e a testemunha.....	276
2.8.9	Direito ao silêncio e natureza do crime	276
2.8.10	Direito ao silêncio e o interrogatório do réu	277

2.8.11	Direito ao silêncio e o dever de informar ao fisco.....	278
2.8.12	Direito a leis claras	279
2.9	Dever de informar e sigilo profissional	279
2.9.1	Conflito aparente de normas	279
2.9.2	Sigilo profissional e obrigações tributárias acessórias.....	280
2.9.3	Violação de segredo profissional.....	282
2.9.4	O profissional no desempenho de outras atividades	282
2.9.5	Sigilo bancário e sigilo fiscal.....	283
2.9.6	Sigilo fiscal como contrapartida do poder-dever de fiscalizar	284
2.9.7	Titulares do dever de sigilo.....	285
2.9.8	Violação de sigilo funcional	285
2.9.9	Amesquinamento do sigilo fiscal	286
2.10	Exceções ao sigilo fiscal	286
2.10.1	Deslealdade na elaboração das leis.....	286
2.10.2	Injustificável ampliação das exceções	287
2.10.3	Exclusão do sigilo fiscal e seu desvirtuamento.....	288
2.10.4	Desvirtuamento do sigilo fiscal.....	289
2.10.5	Publicidade constrangedora.....	290
2.10.6	O remédio jurídico adequado	291
2.10.7	Inconstitucionalidade da exclusão do sigilo fiscal.....	292
2.11	Requisição de força pública.....	293
2.11.1	A interpretação literal do art. 200	293
2.11.2	A interpretação do art. 200 segundo a Constituição Federal de 1988	294
2.11.3	Alcance do termo <i>domicílio</i>	296
2.11.4	Os estabelecimentos comercial e profissional como domicílio.....	296
2.12	Ingresso de agentes do fisco no domicílio	297
2.12.1	Consentimento do morador	297
2.12.2	Exceções constitucionais.....	297
2.12.3	Flagrante delito ou desastre, ou prestação de socorro	298
2.12.4	Autorização judicial de busca e apreensão.....	298
2.12.5	Uso indevido da força contra o contribuinte.....	299
2.12.6	A prova ilícita	299
2.13	Licitude ou ilicitude da ação fiscal	301

2.13.1	Constitucionalidade do art. 200 do Código Tributário Nacional	301
2.13.2	Excesso de exação	302
2	O PRINCÍPIO DA LEGALIDADE TRIBUTÁRIA	
1	INTRODUÇÃO.....	305
2	LEGALIDADE TRIBUTÁRIA E SUAS REPERCUSSÕES NO ÂMBITO PENAL.....	306
2.1	Considerações iniciais.....	306
2.2	O prévio exaurimento da via administrativa.....	307
2.3	Erro na interpretação da lei tributária	313
3	LEGALIDADE E PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO.....	315
3.1	Considerações iniciais.....	315
3.2	Fundamento jurídico do planejamento tributário	316
3.3	O denominado propósito negocial	317
3.4	Planejamento tributário e tributação por analogia.....	318
3.5	Planejamento tributário e fraude fiscal	319
3.5.1	O critério cronológico ou temporal.....	320
3.5.2	Critério da intenção exclusiva do agente ou falta de propósito negocial.....	321
3.5.3	Critério da ilegalidade ou contrariedade à lei.....	322
3.5.4	Critério do abuso de direito ou abuso de forma jurídica.	322
3.6	Efeitos tributários e efeitos penais na glosa do planejamento tributário	323
3.7	Posição do contabilista nos ilícitos fiscal e penal.....	324
3.7.1	Responsabilidade e decisão	324
3.7.2	Responsabilidade penal e dolo.....	324
3.7.3	Dolo e erro de tipo.....	325
4	A NORMA GERAL ANTIELISÃO NO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	326
4.1	Dispositivo introduzido pela LC 104.....	326
4.2	Procedimento específico	327
4.3	Norma inconstitucional ou desnecessária	328
3	O DEVIDO PROCESSO LEGAL	
1	INTRODUÇÃO.....	331
2	A GARANTIA CONSTITUCIONAL.....	332
2.1	O dispositivo da Constituição.....	332

2.2	Direito e garantia de direitos	333
2.3	Conteúdo do princípio	333
2.4	Direito à jurisdição.....	334
2.5	O contraditório	335
2.6	A ampla defesa	337
2.7	Ampla defesa e a prova no processo administrativo fiscal.....	341
2.8	Exclusão da prova obtida ilicitamente	342
2.9	Presunção de inocência e prisão antes da condenação.....	343
2.10	Direito ao silêncio	344
2.11	Direito de conhecer a acusação.....	345
2.12	Juiz natural.....	347
2.13	Inviolabilidade do domicílio	350
4	CONFISCO PENAL	
1	INTRODUÇÃO.....	353
2	AS ESPÉCIES DE CONFISCO.....	354
2.1	O confisco como gênero.....	354
2.2	Perda de bens para ressarcimento ao erário.....	355
2.3	Perda do produto ou instrumento do crime	356
2.4	Confisco como pena substitutiva.....	357
2.5	A pena de multa.....	359
2.6	Confisco como sanção penal específica.....	360
2.7	Confisco penal e multa fiscal administrativa.....	360
2.8	A questão da extinção da punibilidade pelo pagamento	361
2.9	Aplicação contra a pessoa jurídica	361
3	FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL E MANIFESTAÇÕES DOUTRI- NÁRIAS	362
3.1	Fundamento constitucional.....	362
3.2	Manifestações doutrinárias	363
3.3	Nosso ponto de vista	364
4	COMINAÇÃO LEGAL.....	365
4.1	Cominação legal genérica ou confisco como pena substitutiva	365
4.2	Cominação específica para os crimes contra a ordem tributária.....	365
4.3	Aplicação à pessoa jurídica	366

PARTE III – OS TIPOS E AS PENAS

1 SUPRESSÃO OU REDUÇÃO DE TRIBUTOS

1	CONCEITO E OBJETO JURÍDICO.....	369
	1.1 Conceito.....	369
	1.2 Bem jurídico protegido	370
	1.2.1 A ordem tributária como bem jurídico.....	370
	1.2.2 Importância da identificação do bem jurídico protegido	375
	1.3 Supressão ou redução de vários tributos mediante conduta única.....	376
	1.3.1 Ação meio única com resultado múltiplo.....	376
	1.3.2 Inocorrência de concurso material.....	377
	1.3.3 Inocorrência de concurso formal	378
	1.3.4 Inocorrência de concurso formal próprio ou impróprio ..	380
2	ELEMENTOS DO TIPO	382
	2.1 Ações núcleo do tipo.....	382
	2.2 Ações-meio	386
	2.2.1 Ações-meio como elementos do tipo.....	386
	2.2.2 Omitir informações ou prestar declaração falsa.....	387
	2.2.3 Elementos inexatos.....	390
	2.2.4 Falsificar ou alterar documento	392
	2.2.5 Elaborar, distribuir, fornecer, emitir ou utilizar documento falso.....	394
	2.2.6 Em desacordo com a legislação	395
	2.3 Elementos normativos.....	397
	2.3.1 Conceitos normativos	397
	2.3.2 Tributo como um elemento normativo	397
	2.3.3 Empréstimo compulsório.....	398
	2.3.4 Supressão ou redução de tributo e entidade imune.....	400
	2.4 Elemento subjetivo	402
	2.5 Sujeitos do crime	405
	2.6 Possibilidade de configuração de organização criminosa	406
	2.7 Os crimes meio absorvidos pelo crime-fim.....	407
3	CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	408
	3.1 Crime material ou de resultado	408

3.2	O resultado e o meio para alcançá-lo.....	408
3.3	Tentativa e crime impossível.....	409
3.4	Distinção entre crime impossível e tentativa.....	411
3.5	Crime consumado.....	412
3.6	Limite entre tentativa e crime consumado.....	413
4	UNICIDADE DO TIPO SUPRESSÃO OU REDUÇÃO DE TRIBUTO.....	415
4.1	Não atendimento de exigência da autoridade.....	415
4.2	Omissão como tipo específico.....	415
4.3	Objeto jurídico protegido.....	419
5	AÇÃO PENAL E PENAS.....	419
5.1	Ação penal.....	419
5.2	Prévio exaurimento da via administrativa.....	420
5.3	Questão pré-judicial.....	422
5.4	Competência da Justiça e do Ministério Público.....	423
5.5	As penas.....	426
5.5.1	Cominação legal e individualização.....	426
5.5.2	Circunstâncias agravantes especiais.....	427
5.5.3	Tentativa e crime consumado.....	428
5.5.4	Tentativa e crime impossível.....	428
5.5.5	Fixação da pena de multa.....	429
5.5.6	As penas substitutivas.....	430
5.6	Extinção da punibilidade pelo pagamento.....	431
5.6.1	Instabilidade legislativa.....	431
5.6.2	Pagamento como forma irrestrita de extinção da punibilidade.....	438
5.6.3	Conversão do depósito em renda.....	439
5.6.4	Outras causas de extinção do crédito tributário.....	439
5.6.5	Possível inconstitucionalidade da criminalização do ilícito tributário.....	440
2	INADIMPLEMENTO FRAUDULENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA	
1	CONCEITO E OBJETO JURÍDICO.....	441
1.1	Conceito.....	441
1.2	Bem jurídico protegido.....	444
1.3	Crime formal.....	445

2	ELEMENTOS DO TIPO	447
2.1	Ações núcleo do tipo.....	447
2.2	Elementos normativos.....	449
2.3	Elemento subjetivo	450
2.4	Sujeitos do crime	450
2.5	Tentativa e crime impossível.....	451
3	AÇÃO PENAL E PENAS	453
3.1	Ação penal	453
3.2	Penas.....	454
3.2.1	Prisional e patrimonial como penas principais.....	454
3.2.2	Penas substitutivas.....	455
3.3	Extinção da punibilidade pelo pagamento	455
3	NÃO PAGAMENTO DE TRIBUTO	
1	CONCEITO E OBJETO JURÍDICO.....	457
1.1	Conceito.....	457
1.2	Questão da constitucionalidade da norma penal	457
2	PRISÃO POR DÍVIDA E APROPRIAÇÃO INDÉBITA.....	459
2.1	Considerações fundamentais.....	459
2.2	Prisão civil e prisão penal	461
2.2.1	Manifestação do STF	461
2.2.2	Crítica à manifestação do STF	466
2.3	O fundamento da norma penal	471
2.3.1	Limite constitucional à definição do crime	471
2.3.2	Apropriação indébita	472
2.3.3	A dívida como fato penalmente tipificado	474
2.4	Interpretação conforme com a Constituição.....	475
2.5	O entendimento firmado pelo STF no RHC 163.334.....	475
3	AÇÃO PENAL E PENAS	477
3.1	Ação penal	477
3.2	Penas.....	478
3.2.1	Detenção e multa.....	478
3.2.2	Penas substitutivas.....	478
3.3	Extinção da punibilidade	478

4	DESCAMINHO	
1	DEFINIÇÃO NO CÓDIGO PENAL	479
2	DISTINÇÃO ENTRE CONTRABANDO E DESCAMINHO	480
3	DESCAMINHO COMO CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	482
5	ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA	
1	INTRODUÇÃO.....	485
2	ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA	486
	2.1 Tipo penal autônomo.....	486
	2.2 Elementos essenciais.....	487
3	PRÉVIO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA	488
	3.1 Por que é necessário.....	488
	3.2 A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	489
	3.3 Quando e por que se estende ao crime de associação criminosa	490
4	A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELO PAGAMENTO.....	491
	4.1 O entendimento manifestado pelo Supremo Tribunal Federal .	491
	4.2 Crimes contra a ordem tributária e sociedades empresariais ...	491
5	O CRIME DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA E A SOCIEDADE EMPRESÁRIA.....	492
	5.1 A configuração do tipo.....	492
	5.2 O objetivo da sociedade empresária.....	493
	5.3 Situações excepcionais.....	494
6	CONCLUSÕES	495
	BIBLIOGRAFIA.....	497
	REFERÊNCIAS (OBRAS CITADAS NO TEXTO)	505